



Triunfalismo Bíblico e o Outro

Teologia · Promessas · 22 de setembro de 2026

No debate cristão, há palavras que parecem chegar condenadas antes mesmo de serem examinadas, e “triunfalismo” é uma delas.

Basta dizer que Cristo venceu e que a comissão da Igreja não consiste em administrar a própria extinção; se acrescentarmos que Deus continua curando enfermos, distribuindo poder, concedendo prosperidade e fazendo o evangelho avançar, a reação vem depressa, e alguém logo nos coloca ao lado de algum televangelista picareta. É um atalho cômodo, porque evita a exegese: um charlatão prometeu cura, então a enfermidade ganha respeitabilidade teológica; um mercador pregou prosperidade, então a pobreza começa a receber elogios que a Escritura nunca lhe deu; alguém usou a linguagem da fé para enganar, então a dúvida passa a ser tratada como prudência cristã. Claro que o abuso deve ser condenado, mas o problema começa quando o abuso passa a definir o conteúdo da doutrina, pois se uma verdade bíblica é abandonada porque um herege a perverteu, a perversão já se tornou o foco da discussão e não a Palavra.

Por isso, a pergunta que interessa continua sendo a mais simples: o que Deus disse?

A reputação dos neopentecostais, dos reformados ou dos cessacionistas não determina o conteúdo da fé; a Escritura determina, e nela encontramos o Cristo que despojou principados e potestades e “deles triunfou em si mesmo” (Colossenses 2:15), o Rei a quem foi dado “todo o poder no céu e na terra” (Mateus 28:18). Foi ele quem ordenou que as nações fossem disciplinadas e ensinadas a guardar tudo quanto mandou (Mateus 28:19-20), e Paulo afirma que convém que ele reine até que todos os inimigos estejam debaixo de seus pés (1 Coríntios 15:25).

O triunfo, portanto, vem antes do triunfalista; Cristo reina antes que a Igreja creia corretamente sobre seu reinado, e a pobreza da nossa experiência não pode se tornar a régua pela qual a Palavra será medida. É nesse sentido que defenderei aqui o triunfalismo bíblico e uma teologia bíblica da prosperidade. Não tenho qualquer interesse em salvar rótulos ruins só porque são provocativos, mas me interessa aquilo que a Escritura realmente ensina: o conhecimento de Deus, a salvação inteira que procede dele, a oração respondida, os dons do Espírito, a vitória sobre o pecado, a expansão do evangelho, a cura do corpo, a provisão da casa, o trabalho proveitoso, os recursos necessários e a capacidade de repartir.

E sim, isso inclui dinheiro. A Bíblia não sente o constrangimento que alguns cristãos sentem ao falar dele, porque uma espiritualidade dividida imagina que Deus governa a alma, mas deixa a renda da família, suas obrigações e seu alimento sob alguma providência de segunda categoria. O dinheiro é criatura de Deus: pode ser amado como ídolo, desperdiçado como tolice ou empregado como instrumento de justiça, porém jamais será o senhor da prosperidade que Deus concede.

A vitória que a fé não fabrica

A primeira correção precisa ser feita dentro da própria doutrina da vitória, porque há pregadores que falam da fé como se ela fosse uma força disponível ao homem, da confissão como se fosse uma técnica de criação e das palavras como se elas carregassem poder por si mesmas. Isso precisa ser rejeitado: nenhuma palavra humana contém uma pequena porção da onipotência como também nenhum ministro introduz uma nova causa no universo e, por óbvio, a fé não obriga Deus a obedecer a uma lei espiritual superior a ele.

Somente Deus causa.

Ele decreta o pedido, concede a fé com que pedimos, ouve a oração e produz o efeito, de modo que até o querer e o efetuar do crente procedem de sua operação (Filipenses 2:13).

Alguém poderia responder: “Se somente Deus causa, então toda essa linguagem de ordenar, confessar, falar pela fé não passa de teatro”. Não. A soberania de Deus não esvazia a oração; ela explica por que a oração pode ser eficaz, pois nenhuma criatura, doença, demônio ou poder humano pode frustrar aquilo que Deus prometeu e decidiu fazer.

Cheung acerta ao rejeitar o poder independente das palavras e, ao mesmo tempo, defender a confissão de fé. Josué ordena ao sol e à lua que parem, dirigindo-se às criaturas, enquanto a própria Escritura atribui o resultado ao Senhor, que ouviu a voz de um homem e pelejou por Israel (Josué 10:12-14); ou seja, a ordem de Josué era uma oração em forma imperativa, e o modo de falar não o transformou na causa do milagre.

O mesmo vale quando a fé fala à montanha, à enfermidade ou ao demônio: Deus continua sendo a única causa, e a palavra do crente expressa uma oração persuadida da promessa. Jesus ensinou seus discípulos a ter fé em Deus e afirmou que aquele que cresse, sem duvidar, receberia o que dissesse; logo depois, ao falar da oração, ordenou que cressem que recebiam e que assim o teriam (Marcos 11:22-24). A superstição some quando negamos poder autônomo às palavras, mas a ousadia da fé continua de pé, porque a ordem de fé permanece como petição dirigida ao único Autor do resultado.¹

Isso ajuda a colocar a própria fé no lugar certo. Fé é assentimento verdadeiro à Palavra de Deus, produzido pelo Espírito na mente, e por isso não é entusiasmo irracional, transe, repetição psicológica ou a tentativa de sentir com força suficiente alguma coisa; porém assentir também não é contemplar uma doutrina à distância, como quem reconhece uma proposição e continua vivendo como se ela fosse falsa.

Quem crê que Cristo levou suas enfermidades não trata a enfermidade como uma herança cristã; quem crê na provisão do Pai não transforma a escassez em uma espécie de vocação; e quem está persuadido de que Deus responde à oração pede com confiança, pode ordenar conforme a promessa, perseverando até receber. Uma proposição realmente recebida governa expectativa e conduta, e é por isso que Cheung pode afirmar que a fé é intelectual e, ao mesmo tempo, que ela move montanhas. Não existe contradição: a fé recebe a promessa daquele que move a montanha, Deus conserva toda a glória porque faz o efeito, e o homem recebe o benefício que o próprio Deus quis conceder, sendo assim próspero no que condiz ao pedido.

Uma prosperidade grande o bastante para incluir o dinheiro

Talvez nenhuma expressão tenha sido estragada tão depressa quanto “teologia da prosperidade”. Seus comerciantes a reduziram a dinheiro, e muitos de seus adversários fizeram exatamente a mesma coisa:

uns mostram riqueza como prova de unção; outros ouvem a palavra prosperidade e já imaginam um púlpito dourado, um jatinho e um pastor vendendo chave unguida.

A Escritura começa em outro lugar: Deus.

O primeiro salmo compara o justo a uma árvore plantada junto a ribeiros, que dá fruto no tempo próprio e cuja folha não cai, porque seu prazer está na lei do Senhor; o texto conclui dizendo que tudo quanto ele faz prosperará (Salmos 1:1-3). Josué recebe a ordem de conservar o livro na boca, meditar nele e obedecer ao que está escrito, para então fazer prosperar seu caminho e proceder prudentemente (Josué 1:8). A prosperidade bíblica tem, portanto, forma doutrinária e moral, pois procede da Palavra recebida e alcança a vida que essa Palavra governa.

Ela começa na salvação. Nenhum patrimônio pode rivalizar com a eleição, a redenção, a adoção, o perdão e o dom do Espírito (Efésios 1:3-14); seria absurdo colocar dinheiro no centro de uma doutrina que começa com Deus nos escolhendo em Cristo, mas seria igualmente estranho imaginar que a redenção alcança uma criatura abstrata chamada “alma” e não a pessoa que come, trabalha, adocece, sustenta filhos, paga contas e socorre irmãos. O Pai que ilumina os olhos do entendimento também fornece semente ao que semeia e pão para alimento (Efésios 1:17-19; 2 Coríntios 9:10).

Paulo diz que Deus pode fazer abundar toda graça para que os santos tenham suficiência em tudo e abundem em toda boa obra; em seguida, afirma que eles serão enriquecidos para exercer generosidade (2 Coríntios 9:8-11). O dinheiro entra aí sem qualquer problemas, afinal é com recursos que uma família se alimenta, uma obrigação é paga, um livro é comprado, um enfermo recebe tratamento, um obreiro é sustentado e um pobre é socorrido. A boa obra não se torna menos espiritual porque custou dinheiro.

Também não vejo razão bíblica para aceitar a prosperidade apenas quando todo benefício pessoal puder ser imediatamente convertido em algum projeto missionário. Deus deu a Abraão o filho que ele desejava, concedeu favor a José, vitória a Davi, uma família a Rute e livramento a Raabe (Gênesis 15:1-6; 39:2-6, 21-23; 1 Samuel 17:45-51; Rute 4:9-17; Josué 2:8-21; 6:22-25); esses benefícios entraram num propósito histórico maior, claro, mas continuaram sendo bens reais para as pessoas que os receberam. Deus não precisa fingir que não nos ama individualmente para que sua glória permaneça no centro.

Paulo também não manda os ricos tratarem seus bens como coisa impura. Ele manda que retirem sua esperança da incerteza das riquezas e a depositem em Deus, “que abundantemente nos dá todas as coisas para delas gozarmos”; logo depois, exige deles generosidade (1 Timóteo 6:17-19). As duas coisas estão no mesmo texto: o rico deve gozar o que Deus deu e repartir o que Deus deu, porque a avareza recusa a partilha enquanto o ascetismo condena o gozo que o apóstolo autorizou.

Cristo ensinou algo semelhante aos pobres quando proibiu a ansiedade quanto ao alimento e à roupa, mostrou o cuidado do Pai pelas aves e pelos lírios, repreendeu a pequena fé de seus ouvintes e declarou: “Mas, buscai primeiro o reino de Deus, e a sua justiça, e todas estas coisas vos serão acrescentadas” (Mateus 6:25-33). O pagão corre atrás das coisas como se elas fossem seu deus; o cristão busca o Reino e recebe do Pai aquilo de que precisa. A diferença está em quem governa quem.

Paulo aprendeu, pelo poder de Cristo, a viver tanto na necessidade quanto na abundância, e isso não transformou a necessidade em alguma virtude. Ele recebeu o auxílio dos filipenses e lhes disse: “O meu Deus, segundo as suas riquezas, suprirá todas as vossas necessidades em glória, por Cristo Jesus” (Filipenses 4:10-19). O contentamento não é uma teologia da permanência na miséria; ele serve para dar estabilidade diante das circunstâncias enquanto a fé continua recebendo a promessa que pode mudá-las.²

“Então riqueza prova santidade?” Claro que não.

Os ímpios prosperam, e o Salmo 73 faz questão de lembrar que a prosperidade deles termina em juízo (Salmos 73:2-20); o erro está em transformar o dinheiro em alguma espécie de certificado de piedade, mas o erro contrário também existe quando a pobreza se torna uma identidade cristã. O pobre pode amar o dinheiro que não tem com a mesma devoção com que o rico ama o dinheiro que tem. Nos dois casos, a criatura ocupa o lugar de Deus.

Um homem pode começar pobre, sofrer perdas, enfrentar oposição e passar por períodos de grande escassez, e nada disso precisa ser maquiado ou fingir que não existe. O que não concederei é que ele deva chamar essa condição de vocação cristã, pois, se recebe pela fé a doutrina bíblica da prosperidade, deve esperar sair da pobreza, porque a salvação de Deus também alcança a opressão produzida pela escassez. Os mestres dessa doutrina podem ser infiéis; a promessa de Cristo não começou com eles e não cai junto deles.

Cura: promessa, não possibilidade decorativa

Na doutrina da cura, a hesitação costuma aparecer numa frase aparentemente segura: “Deus pode curar”. É verdade, claro, mas se tudo o que temos é uma possibilidade metafísica, de que exatamente o enfermo deve viver pela fé?

Cheung vai além do mero continuísmo porque sustenta que a Escritura revelou a vontade de Deus acerca da cura: Cristo levou nossas enfermidades e doenças (Mateus 8:16-17), resgatou-nos da maldição da lei, que incluía doenças físicas, e fez chegar aos gentios, pela fé, a bênção de Abraão (Deuteronômio 28:15-68; Gálatas 3:13-14). Pedro também aplica a obra de Cristo à cura quando declara que, pelas suas feridas, fomos sarados (1 Pedro 2:24), e Tiago não escreve “talvez o Senhor levante o doente”, mas “E a oração da fé salvará o doente, e o Senhor o levantará” (Tiago 5:15).

A cura pertence, portanto, aos benefícios da redenção e às promessas da aliança que a Igreja deve receber e ministrar. A objeção óbvia vem veloz: “Mas há muitos cristãos que continuam doentes”. Sim, há, e a experiência existe sem precisar ser escondida da doutrina que estou pregando; o que ela não pode fazer é reescrever a promessa, porque não posso confessar que Deus prometeu algo e, quando não vejo o resultado, explicar a ausência dizendo que ele secretamente decidiu fazer o contrário do que revelou. A soberania de Deus garante sua fidelidade; não serve como autorização para transformar a Palavra revelada em algo instável.

A Escritura relaciona repetidas vezes a recepção do milagre à fé: Jesus disse “seja-vos feito segundo a vossa fé”, atribuiu a cura à fé de quem a recebeu e apontou a incredulidade como impedimento à manifestação de obras poderosas (Mateus 9:27-30; Marcos 5:25-34; 6:1-6). Quando a experiência ainda não corresponde à promessa, o caminho cristão é reconhecer deficiência em nossa fé, entendimento ou ministério e retornar à Palavra, porque a fé vem pelo ouvir, e o ouvir a Palavra de Deus (Romanos 10:17).

Isso jamais autoriza um pregador a esmagar o enfermo para salvar a própria reputação, pois há uma diferença moral enorme entre reconhecer a incredulidade como problema bíblico e usar essa verdade como escudo ministerial. A deficiência pode estar no doente, naquele que ministra ou em ambos; pode também ter sido alimentada durante anos por uma família e por uma igreja que ensinaram derrota como uma espécie de prudência, e, além disso, há operações soberanas do Espírito que curam apesar da deficiência de quem recebe (1 Coríntios 12:7-11).

O que fazer, então? Ministrar a Palavra com paciência, ouvir antes de corrigir, impor as mãos, ordenar à doença que saia e continuar em oração até que a experiência corresponda à herança recebida em Cristo. Choramos com quem chora e carregamos seu fardo (Romanos 12:15; Gálatas 6:2), e essa compaixão não

exige que chamemos a doença de presente de Deus; podemos consolar o enfermo enquanto combatemos aquilo que o aflige.

Também não há virtude em transformar o tratamento médico em adversário da fé. O médico e o remédio podem ser instrumentos, Deus é quem cura, e colocar o instrumento no lugar de Deus é idolatria; abandonar o instrumento apenas para produzir uma aparência de espiritualidade também não acrescenta fé a ninguém. A fé cresce pela Palavra.³

Veja o cego de nascença. Jesus negou que a condição procedesse do pecado pessoal daquele homem ou de seus pais, fez a obra de Deus curando-o e depois o levou a ver e adorar a Cristo (João 9:1-38); a glória de Deus apareceu na cura. A mulher encurvada, por sua vez, era filha de Abraão e estava presa por Satanás, razão pela qual Jesus invocou justamente essa relação de aliança ao libertá-la (Lucas 13:10-17).

Esses textos impedem explicações preguiçosas. A doença pode aparecer como julgamento contra inimigos de Deus, como efeito da queda, ligada à opressão satânica ou ao pecado; para o crente, porém, o evangelho anuncia perdão quando há pecado e cura quando há doença. Se falta fé, a solução continua sendo a Palavra capaz de produzi-la. Chamar resignação de ortodoxia não a transforma em virtude.

O sofrimento que pertence à vitória

É aqui que a palavra sofrimento costuma virar um depósito onde se joga qualquer mal. Perseguição por causa de Cristo, enfermidade, pobreza, consequência do pecado, ataque demoníaco, disciplina e até frustração cotidiana acabam recebendo o mesmo nome; depois, como tudo é “sofrimento”, qualquer uma dessas coisas pode ser apresentada como dom espiritual. A Escritura não trabalha com essa confusão.

Jesus anunciou aflição no mundo e, na mesma frase, mandou que seus discípulos tivessem bom ânimo porque ele venceu o mundo (João 16:33), enquanto Paulo, que conheceu perseguição, fome, nudez, perigo e espada, chamou os eleitos de mais do que vencedores em todas essas coisas e afirmou que nenhuma delas poderia separá-los do amor de Cristo (Romanos 8:35-39). O inimigo não deixa de ser inimigo porque entrou numa explicação sobre providência. A vitória consiste em vencê-lo.

“Então o cristão fiel não sofre?” Sofre, e muito.

Cheung faz aqui uma distinção importante: o sofrimento caracteristicamente prometido aos que vivem pela fé é a perseguição levantada pelos que odeiam a verdade, enquanto doença e pobreza não recebem esse estatuto de vocação. Jesus reuniu prosperidade e perseguição sem transformar uma na outra, ensinando que aquele que deixa casa, familiares e campos por causa dele e do evangelho recebe cem vezes tanto “já neste tempo”, com perseguições, e no século futuro a vida eterna (Marcos 10:29-30). A perseguição acompanha a provisão; ela não substitui a provisão.

Enquanto o Reino avança, o mundo reage contra os que pertencem ao Rei, e mesmo essa perseguição pode ser evitada ou vencida pelo poder de Deus; quando termina em martírio, a morte ainda não fica com a última palavra, porque a ressurreição já determinou o resultado final (Hebreus 11:32-40; Apocalipse 12:10-11). O mártir morre como herói da fé. Não precisa declarar santo o sofrimento que o matou.

Essa doutrina também precisa ser tratada com cuidado pastoral. A condição de uma pessoa não revela, sozinha, eleição ou reprobção, nem todo revés deve ser ligado a um pecado individual e muito menos se deve dizer que Deus prometeu uma coisa enquanto decretava secretamente o contrário para aquele caso. Nenhum sofrimento vivido define a identidade de alguém em Cristo nem, por si mesmo, demonstra julgamento sobre uma vida piedosa. A Palavra pode produzir fé, e o Espírito concede poder.

Se um irmão passa necessidade, os santos devem repartir com ele; se há trabalho disponível, deve

procurá-lo, enquanto a oração continua insistindo na promessa. Se o resultado demora, a resposta não é acusar Deus ou fazer da circunstância um novo artigo de fé, mas continuar recebendo o que ele disse, resistindo ao que é contrário e crescendo em fé. A compaixão cristã consola durante a aflição e trabalha por seu término, pois chamar o mal de providência pode parecer profundo, mas para quem está sofrendo muitas vezes é apenas uma forma religiosa de deixá-lo onde está.

Expansionismo: mais poder, em mais pessoas, por mais lugares

É aqui que *Fulcro: Expansionismo vs. cessacionismo*, de Vincent Cheung, presta um serviço indispensável ao vocabulário comum. O cessacionismo erra acerca da permanência dos dons, mas o problema vai além disso, porque ele resiste ao próprio programa de expansão do evangelho. O continuísmo é muito superior, claro, porém pode parar numa posição tímida em que se admite que os dons ainda existem, talvez em algum lugar e em alguma situação excepcional, sem que isso altere a vida ordinária da Igreja.

Um continuísmo assim corre o risco de se tornar apenas um cessacionismo educado.

Cheung chama a doutrina bíblica de expansionismo. Segundo ela, o poder associado ao evangelho deve crescer em quantidade e frequência, e seus efeitos devem aumentar em intensidade e alcance; mais cristãos participam desse poder e sua operação se espalha geograficamente ao longo da história.⁴ Não é uma ideia jogada sobre o texto. Moisés desejou que todo o povo do Senhor fosse profeta e recebesse o Espírito (Números 11:29), Joel anunciou filhos e filhas, velhos e jovens, servos e servas recebendo o Espírito (Joel 2:28-29), e Pedro declarou no Pentecostes que a promessa havia chegado e alcançava todos quantos o Senhor chamasse (Atos 2:14-21, 38-39).

Depois de apontar para suas próprias obras, Jesus afirma que aquele que nele crê faria as mesmas obras e outras maiores, ligando essa expansão à sua ida ao Pai e à oração atendida em seu nome (João 14:11-14). Estêvão e Filipe, escolhidos inicialmente para o serviço das mesas, fazem grandes sinais, enquanto Ananias aparece apenas como discípulo, recebe revelação, impõe as mãos sobre Saulo e participa de sua cura e de seu enchimento pelo Espírito (Atos 6:1-8; 8:4-13; 9:10-18). Quando os coríntios usam os dons de forma desordenada, Paulo não aproveita a bagunça como desculpa para extingui-los; ele corrige a desordem, manda que procurem os dons com zelo, deseja que profetizem e proíbe o impedimento das línguas (1 Coríntios 12:7-11; 14:1, 5, 26-33, 39-40).

Essa expansão nasce no Espírito e, justamente por isso, não fica presa a uma experiência privada. Cheung a integra ao preterismo parcial e ao pós-milenismo: a grande tribulação anunciada para aquela geração pertence ao juízo do primeiro século, Cristo reina agora e o evangelho avançará na história até produzir uma era marcada por ampla justiça, paz e prosperidade. O expansionismo é o programa prático desse avanço, que ocorre pela pregação da Palavra, pela fé que ela produz e pelos poderes do Espírito.⁵

A esperança da Igreja não repousa primeiro em eleições, partidos, técnicas econômicas ou controle institucional, porque a pregação do evangelho transforma pessoas; a Igreja ministra cura aos enfermos, profetiza, expulsa demônios e forma discípulos para ensinar as nações a obedecer a Cristo. Quando pessoas de todas as classes recebem a verdade e o poder de Deus, suas famílias mudam, a educação e o trabalho também mudam e, com o tempo, a cultura e as instituições manifestam as consequências dessa conversão.

Isso não atribui ao homem algum poder autônomo de fabricar uma civilização cristã, e o ocasionalismo impede justamente esse erro porque Deus continua sendo a única causa de cada efeito. Mas o expansionismo impede o erro oposto, que seria invocar a soberania de Deus para justificar esterilidade: se

Deus é a única causa, o fracasso dos meios naturais não diminui a esperança, e se ele prometeu agir pela fé, sua soberania aumenta nossa expectativa.

Cristo disse que edificaria sua Igreja e que as portas do inferno não prevaleceriam contra ela (Mateus 16:13-18). Igrejas locais podem apostatar, denominações morrem e líderes são expostos, mas nada disso muda o verbo de Cristo, “edificarei”; ou seja, a invencibilidade da Igreja não canoniza nossos métodos e nos dá liberdade para abandonar métodos mortos quando eles começam a atrapalhar a missão.⁶

Duas falsificações diante da mesma promessa

A falsificação carismática deve ser julgada sem que lhe entreguemos as doutrinas que ela falsificou, pois a oferta pode virar investimento com retorno declarado, as palavras podem receber um poder independente de Deus, testemunhos podem substituir exame e dinheiro e autoridade podem se concentrar na figura do líder. Quando o milagre não acontece, toda a culpa é despejada mecanicamente sobre o necessitado para proteger a reputação do ministro. Isso é perverso e precisa ser dito sem enrolação.

Paulo administrou ofertas por meio de representantes e com transparência, buscando na coleta apostólica a igualdade e o suprimento dos santos, e não a exibição da riqueza do pregador (2 Coríntios 8:13-24); em Atos, os bens circulavam para que não houvesse necessitados entre os irmãos (Atos 4:32-35). A fé não compra o favor de Deus e uma oferta não manipula o decreto. O ministro que explora o pobre pratica avareza e adultério da fé, ainda que tenha usado a palavra “abundância” antes de pedir dinheiro.

Ao mesmo tempo, Cheung é mais justo com o movimento da Palavra da Fé do que muitos de seus acusadores, porque reconhece que há proximidade real com o ensino de Jesus quando esse movimento insiste no conhecimento da vontade revelada antes da oração e ensina o cristão a pedir com confiança, a falar à montanha e a confessar a promessa esperando seu cumprimento. Nesse ponto, ele supera boa parte da tradição cessacionista, inclusive em ramos reformados e evangélicos, que acrescenta “se for da tua vontade” a toda petição para garantir antecipadamente uma explicação ao fracasso.

O erro da Palavra da Fé começa quando alguém reivindica o que Deus não disse, atribui causalidade autônoma às palavras, transforma a fé numa performance psicológica ou comercializa o acesso. Corrigir esses erros não exige reduzir a certeza; a correção bíblica devolve a Deus toda a causalidade e mantém intacto o conteúdo da promessa.⁷

Existe, porém, outra falsificação, menos espalhafatosa e por isso mesmo mais respeitável: é a incredulidade religiosa que usa a soberania para explicar por que Deus quase nunca responde, descreve a doença como presente divino, converte a pobreza em necessidade espiritual, chama impotência de equilíbrio e guarda a palavra “mistério” como saída para qualquer fracasso. Essa teologia espera tão pouco que nenhum resultado pode contrariá-la.

Ela pode subscrever uma confissão reformada, acumular erudição e zombar de milagres, mas continua sendo incredulidade quando transforma a própria experiência em cânon e interpreta a revelação pelos fracassos da denominação. Ninguém foi curado, então a cura deve ter cessado; ninguém profetiza, então a profecia já cumpriu sua função; uma igreja perdeu influência, então o declínio histórico deve continuar até o fim; faltam recursos, então a prosperidade vira uma palavra suspeita. O padrão se repete: a Palavra vai sendo aparada até caber dentro da experiência presente.

Curiosamente, o comércio carismático e essa incredulidade institucional acabam produzindo dependência, porque o comerciante afirma que o poder precisa passar pelo ministério dele, enquanto o cessacionista retira o poder da vida ordinária da Igreja. Nos dois casos, o discípulo comum fica domesticado. O expansionismo segue na direção contrária ao anunciar a distribuição dos dons pelo

Espírito, e o ocasionalismo destrói o culto à personalidade ao atribuir todo efeito a Deus; juntas, essas doutrinas atingem o charlatanismo e a administração religiosa da derrota.

Pregaremos o que Deus prometeu

O que estou defendendo pode ser resumido sem mistério: Cristo triunfou e reina agora, até que seus inimigos sejam postos debaixo de seus pés; sua Igreja foi comissionada para discipular as nações e recebe os poderes do Espírito, poderes estes que devem se expandir entre os santos. A cura deve ser recebida pela fé como benefício da redenção, e a prosperidade começa no conhecimento de Deus e na santidade produzida por ele, mas alcança também o poder ministerial, a saúde, o favor sobre nossas obras, os recursos e o dinheiro. O sofrimento próprio da fidelidade aparece sobretudo na perseguição que se levanta contra a vida de fé; enfermidade e pobreza não precisam ser transformadas em sacramentos para que a soberania de Deus seja preservada.

Toda essa vitória procede do decreto de Deus, é anunciada por sua Palavra e Deus mesmo a opera, e é justamente por isso que posso esperá-la sem declarar na incredulidade alguma cautela. Uma profissão cristã vazia não produz riqueza automaticamente e fórmulas pronunciadas sem fé não curam ninguém; as promessas são recebidas pela fé, e quando ainda não há recepção a resposta é voltar à Palavra até que a fé venha.

O enfermo deve ser acolhido na comunhão, não esmagado por quem ministra, mas também não quero ensiná-lo a viver em paz com a doença. O pobre deve ser servido, ajudado e tratado como irmão, sem receber um elogio religioso para a sua própria escassez; o dinheiro fica submetido à justiça do Reino, e a confissão expressa a fé que Deus produz pelo que falou.

Eu entendo por que a cautela parece tão atraente: ela pode soar humilde, protege reputações e ainda entrega ao pregador uma explicação pronta para toda ausência. Mas, quando Deus falou com clareza, reduzir sua Palavra não é humildade, pois a humildade recebe correção, aprende o que ele revelou, pede segundo sua vontade e persevera. Se ainda não alcançamos o que lemos, reconhecemos nossa deficiência e voltamos à Palavra; não rebaixamos a promessa para que ela caiba no fracasso.

Os abusos da prosperidade, da cura e da confissão devem ser condenados com precisão, e é exatamente essa precisão que impede o erro de arrancar junto a verdade que ele perverteu. O dinheiro continua subordinado a Deus e empregado no serviço da vida, a doença continua sendo inimiga sobre a qual Cristo concede vitória, a fé continua sendo assentimento vivo à Palavra, fé que Deus concede e opera, e a Igreja continua sendo o corpo em que o Espírito distribui poder, sem depender de uma classe de especialistas e sem conservar os atos apostólicos apenas como lembrança de uma época melhor.

Cristo está no trono.

Esse é o ponto de partida e também o motivo da esperança, porque a vitória não nasce de nós e, por isso mesmo, não morrerá conosco.

Notas

1. Vincent Cheung, *Prayer and the Word of Faith*, especialmente a distinção entre a ordem de fé como forma de oração e a falsa ideia de que as palavras possam ter poder independente; ver também *The Nature and Role of Faith*. [\[voltar ao texto\]](#)

2. Vincent Cheung, *Godliness with Contentment; Our Prosperity in God's Program; The Anti-Prosperity Scam; Attack on Faithless Poverty; e Riches Without Sorrow*. [\[voltar ao texto\]](#)

3. Vincent Cheung, *Biblical Healing; God and Sickness; Healing and God's Sovereignty; Faith and Divine Sovereignty*; e *From Promise to Experience*. [\[voltar ao texto\]](#)
4. Vincent Cheung, *Fulcrum: Expansionism vs. Cessationism*, cap. 1, "Expansionism: A Gospel Manifesto". [\[voltar ao texto\]](#)
5. Vincent Cheung, *Aspects of Eschatology*; e *Jesus Commanded Extreme Exponential Expansion*. [\[voltar ao texto\]](#)
6. Vincent Cheung, *Invincible Faith*, cap. 1, "The Invincible Church". [\[voltar ao texto\]](#)
7. Vincent Cheung, *Prayer and the Word of Faith; Faith Confession*; e *Positive Preaching*. [\[voltar ao texto\]](#)